

Cidade, cultura e patrimônio: o direito à memória e identidade

City, culture and heritage: the right to
memory and identity

TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA

Bacharel, licenciada em História e especialista em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); mestre em Letras e Ciências Humanas e doutora em Humanidades, Culturas e Artes pela Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy (Unigranrio); professora da rede estadual de ensino (Rio de Janeiro); diretora do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico
taniaamaroalmeida@gmail.com

JACQUELINE DE CASSIA PINHEIRO LIMA

Bacharel e licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e realizou estágio pós-doutoral em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é bolsista de Produtividade em Pesquisa 1A da Unigranrio/Funadesp, Jovem Cientista do Nossa Estado – JCNE/FAPERJ, professora e pesquisadora da Escola de Ciências, Educação, Letras, Artes e Humanidades da Unigranrio
jpinheiro@unigranrio.edu.br

RESUMO: A proposta deste estudo é esboçar um breve perfil sobre as estratégias relacionadas à preservação da cultura e arte no município de Duque de Caxias que teve, e ainda tem, seu patrimônio histórico e cultural relegado a segundo plano. Neste caminho, buscamos refletir sobre o quanto a proteção a esse patrimônio leva à recuperação da memória cultural, sendo uma das formas mais significativas para a reconstrução de nossa história. Este artigo apoia-se em Cardini (1993), Halbwachs (1990/2006), Chagas (2007), Glezer (2007), Pesavento (2006), Najjar (2006), Nora (1993), Marques (2005), Almeida (2014). Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é de natureza qualitativa, com destaque para a historicidade da região da Baixada Fluminense, durante o processo de ocupação da mesma e as estratégias do cotidiano, durante a contemporaneidade, na busca pela valorização da cultura e arte no município.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Patrimônio; Duque de Caxias.

ABSTRACT: The purpose of this study is to outline a brief profile on strategies related to the preservation of culture and art in the Duque de Caxias city that had, and still has, its historical and cultural heritage relegated to the background. In this way, we seek to reflect on how much protection to the heritage leads to the recovery of cultural memory, one of the most significant ways to rebuild our history. This article relies on Cardini (1993), Halbwachs (1990/2006), Chagas (2007), Glezer (2007), Pesavento (2006), Najjar (2006), Nora (1993), Marques (2005), Almeida (2014). As for the methodological procedures, the research is qualitative in nature, highlighting the historicity of the Baixada Fluminense region, during the process of occupation of the same and everyday strategies for the contemporary, in pursuit of appreciation of culture and art in the city.

KEYWORDS: Memory; Patrimony; Duque de Caxias.

Introdução

Ainda hoje, muitos questionam por que preservar o patrimônio histórico e cultural? Por qual motivo devemos resguardar objetos ou construções que podem, para muitos, parecerem velhos e sem utilidade?

Toda cidade tem muitas histórias que iniciam com o povoamento e evoluem com o tempo através da ocupação dos espaços pelo homem. Há muitas formas de contá-las. Elas estão presentes na cultura do povo, no desenvolvimento econômico e social, nas obras deixadas pelos cidadãos, sejam eles ilustres ou não, e também nas edificações, memórias visíveis da evolução urbana.

Buscamos, com este artigo, analisar as estratégias relacionadas à preservação da cultura e arte no município de Duque de Caxias que teve, e ainda tem, seu patrimônio histórico e cultural relegado a segundo plano. Nossos procedimentos metodológicos apoiam-se em pesquisas de natureza qualitativa, com destaque para a historicidade da região onde se insere o citado município, durante o processo de ocupação do mesmo e as estratégias do cotidiano durante a contemporaneidade, por parte da intelectualidade duquecaxiense, construindo um discurso para a cidade na busca pela valorização da cultura e arte locais.

Neste caminho, buscamos refletir sobre o quanto a proteção ao nosso patrimônio conduz à recuperação da memória cultural. Entendemos a importância da preservação do patrimônio histórico, dessa maneira, como uma das formas mais significativas para a reconstrução da nossa história.

Existem desdobramentos contínuos no conceito do que é patrimônio cultural. A própria Constituição Federal adota uma ótica mais abrangente reconhecendo o patrimônio cultural como a memória e o modo de vida da sociedade, elencando tanto elementos materiais como imateriais.

Se pensarmos a cultura como o conjunto de atividades e modos de agir, costumes e instruções de um povo, e o meio pelo qual o homem se adapta às condições de existência, mudando a realidade, então cultura é um processo rico e diverso, em permanente transformação. É o desenvolvimento de um grupo social, uma comunidade, fruto do esforço coletivo. Assim, bem cultural é o produto desse processo que proporciona ao ser humano o conhecimento e a consciência de si mesmo e do ambiente que o cerca, e a soma de bens culturais resulta no patrimônio como um todo.

No município de Duque de Caxias, várias ações e manifestações ligadas à cultura e à arte desenvolveram-se ao longo dos anos, as quais con-

tribuíram para a reconstrução das memórias e discursos relacionados à importância do patrimônio para a nossa identidade. Afirmamos, novamente, que preservar o patrimônio, recuperando a nossa memória, é a forma mais significativa para a construção da nossa história. Portanto, devemos buscar o maior prolongamento possível dos bens culturais, que conferem identidade e orientação a uma comunidade, inspirando valores ligados à ética, à solidariedade e ao fomento da cidadania, difundindo um profundo senso de lugar e contribuindo para garantir o estímulo à memória das pessoas historicamente vinculadas à comunidade.

A preservação visa à continuidade das manifestações culturais e a garantia de manter uma identidade cultural. Todo legado histórico que se traduz como bem cultural deve ser preservado para que se garanta a transmissão das suas informações às gerações futuras, para que as mesmas possam vir a ter conhecimento de suas referências passadas.

A principal razão para preservar o patrimônio histórico e cultural é a melhoria da qualidade de vida da comunidade, que implica em seu bem-estar material e espiritual. Preservamos para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo assim, a garantia do exercício pleno da memória e da cidadania.

A cidade construída

Duque de Caxias, município situado na região periférica do Rio de Janeiro que se convencionou denominar de Baixada Fluminense, integrada com esta durante muitos anos, teve sua história colocada em plano secundário.

Fazendo parte de uma densa região metropolitana no entorno do polo central, essa periferia, como tantas outras formadas ao redor das grandes cidades brasileiras, partilhou uma sólida associação com a cidade principal, a capital fluminense. Com problemas sociais e ambientais equivalentes e relações de trabalho, produção e consumo que se complementaram ao longo dos anos, incluindo suas fronteiras físicas, que se estabeleceram quase como contínuas, Duque de Caxias está inserida em um contexto de precárias condições de vida da maioria de sua população, somadas a altos níveis de violência e muitos problemas de saúde pública.

No entanto, a relação dessa região com a cidade do Rio de Janeiro sempre foi próxima e estratégica para o processo histórico de crescimento

econômico das áreas ao redor e de interiorização do Brasil. Podemos afirmar que o crescimento urbano da capital carioca, entre o final do século XIX e início do XX, afetou o recôncavo da Guanabara ao acentuar os contatos entre as duas regiões, além do que a Baixada da Guanabara, ao longo dos séculos, constituiu-se como uma importante região de ligação entre o litoral e o interior do Brasil.

A região que analisamos limita-se ao atual município de Duque de Caxias, que faz parte da área hoje conhecida como Baixada Fluminense, na extensão que acompanha a Estrada de Ferro Leopoldina Railway. Este município, até 1943, pertencia à Vila e posterior município de Iguaçu, sendo seu distrito com o nome de Merity. Este fazia parte do 4º distrito de Iguaçu e era formado pelos atuais municípios de Duque de Caxias e de São João de Meriti.

A relação da região, definida hoje como Baixada Fluminense, com a cidade do Rio de Janeiro sempre foi estreita, dando-se desde os primórdios da colonização quando, em 1591, o Mosteiro de São Bento comprou parte das terras de Cristóvão Monteiro. A partir daí, formava-se, a mais antiga e importante fazenda localizada na região que, atualmente, constitui o município de Duque de Caxias. Entre os bens imóveis considerados no rol do patrimônio edificado do município, a casa da Fazenda São Bento, construída entre 1754 e 1757, e sua capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor, edificada entre 1645 e 1648, tem o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 10 de julho de 1957 (Processo nº 0564-T-57, Inscrição nº 439, Livro Belas artes, Volume 1, Folha 82).

Ainda no século XVIII, a relação da urbe carioca com a região se estreitou ainda mais, através dos “caminhos” que ligavam à região das minas, quando o eixo econômico do Brasil em sua relação com Portugal voltou-se para o ouro do planalto mineiro. Com a necessidade do escoamento do ouro e o abastecimento da província mineira, a Baixada da Guanabara passou a ter importância estratégica, pois se transformou em área obrigatória de passagem, por conta de seus rios, bem como pelas estradas que foram abertas através das serras para que o trânsito de mercadorias se desenvolvesse melhor.

O “Caminho Novo” ou “do Pilar”, aberto devido às necessidades oriundas da mineração, entre elas a de um caminho rápido, econômico e seguro que ligasse o Rio de Janeiro à região mineira, intensificou as relações daquela cidade com os portos da Estrela, Pilar e Iguaçu, promovendo a integração através da navegação no interior da baía.

Devido a esse caminho, foi construída a Igreja Nossa Senhora do Pilar, importante marco da história da nossa região. Tombada pelo Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 25 de maio de 1938 (Processo nº 0160-T-38, Inscrição nº 76, Livro Belas Artes, v. 1, f. 14), deve ser considerada como Patrimônio Histórico da Baixada. Exemplo do barroco joanino na Baixada Fluminense, com fortes traços do barroco mineiro, a igreja foi construída em um terreno um pouco acima da Guarda do Pilar, medindo aproximadamente 814 palmos (aproximadamente 186,08 metros), que se estendiam da porta principal até o arco do altar mor, com 54 palmos (aproximadamente 12,44 metros) de comprimento e 34 palmos (aproximadamente 7,77 metros) de largura. No seu interior, foram construídos o altar mor e três retábulos em estilo barroco, apresentando características da segunda fase denominada barroco joanino, e mais um retábulo apresentando características do estilo rococó. De acordo com fontes iconográficas do Arquivo Noronha Santos / IPHAN, a arquitetura externa da igreja consistia em frontispício simples, com uma torre sineira coroada por uma cúpula octogonal, frontão triangular com recortes em volutas (antes de 1985, era somente triangular, pois na restauração realizada nesse ano houve a modificação no frontão), uma portada, duas janelas e um ósculo ao centro do frontão; nas laterais, há mais duas portas e duas janelas. O templo foi construído de um único corpo, composta por nártex, torre, capela, coro, presbitério, altar mor e sacristia. A cobertura ainda é de madeira com tirantes, sendo que a sacristia tem o telhado um pouco mais baixo que a nave. O forro da nave é apresentado em formato de gamela.

Levantado o Templo com materiaes pouco duraveis, naõ tardou, que as paredes externas precisassem de reparo; e premeditando o Povo construir nova Igreja, fabricada com paredes de pedra e cal, nas margens do Rio Pilar, concorreu para a obra com as suas esmolas. e o Paroco ajudou a despeza, contribuindo com a sua Congrua: mas, naõ podendo progressar o trabalho pela falta de mais avultado auxilio; por Ord. de 26 de Janeiro de 1717 contribuiu a Fazenda Real com a quantia de 400.000 réis, em effeitos, por cada um de quatro annos successivos, para se fazer a Capella mor; e requerendo o Paroco Padre Joaõ Alvares de Barros a protecção de El Rei, para se ultimar a obra do corpo da Igreja, foi Mandado, que dos effeitos mais promptos que houvessem da Fazenda Real, se dessem 250.000 réis por anno, pelo tempo de quatro, mostrando-se. que com effeito se achava acabada a Capella mór, e Sacristia, e posta em sua ultima perfeição, como consta da Provisaõ de 3 de Julho de 1727 registrada nos Livros da Provedoria. Concluído o edificio com o com-

primento de 81 ½ palmos, desde a porta principal até o arco cruzeiro, e largura de 41 ½, d'alli, ao fundo da Capella mór, com 54 palmos de comprido, e 34 de largo. accomodou nesse espaço cinco altares, e no maior d'elles se collocou o Sacrario, onde he perpetuamente adorado o Santíssimo Sacramento. (ARAUJO, 1820, pp. 125-126).

Ainda, a exemplo de outras igrejas do período colonial do Brasil, a Igreja do Pilar, na decoração interna, era constituída por cinco altares, sendo o altar mor de devoção a Nossa Senhora do Pilar, e os retábulos laterais dispostos a partir da entrada, pelo lado direito, o primeiro de devoção à Santana Mestra e o segundo dedicado a São Miguel Arcanjo; no lado esquerdo, o primeiro de devoção a Nossa Senhora da Conceição e o segundo a Nossa Senhora do Rosário. Tanto o altar mor quanto os retábulos trabalhados em talha dourada policromada eram completamente diferentes entre si, apresentando características perfeitas do barroco joanino e com influências significativas do barroco mineiro; com exceção do retábulo da Nossa Senhora da Conceição, que apresenta características do estilo rococó. Quanto às artes sacras presentes na Igreja de Nossa Senhora do Pilar, podemos identificar que o barroco e o rococó apresentavam-se em toda a sua plenitude, riqueza e grandiosidade. São imagens constantes da Igreja Matriz: Santo Crucifixo, Senhor dos Passos, São Francisco, São João, Nossa Senhora da Conceição, Espírito Santo, Santa Ana, São Joaquim, São José, Menino Deus. Sobre as Irmandades, Monsenhor Pizarro, na obra *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, coloca que havia quatro: do Santíssimo; da Nossa Senhora do Pilar; da Nossa Senhora do Rosário; e de São Miguel e Almas. Além destas, havia ainda a Confraria de São Benedito, anexada à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Durante o oitocentos, eram três os caminhos oficialmente reconhecidos entre o Rio de Janeiro, através da Baixada Fluminense, e a região das Gerais. Entre 1699 e 1704, foi aberto o Caminho Novo do Pilar; no ano de 1724, o Caminho Novo de Inhomirim; e, em 1728, o Caminho Novo do Tinguá. Todos esses caminhos, depois de subir a serra do Mar, se encontravam em Santo Antônio da Encruzilhada, pouco antes de atingir a margem direita do rio Paraíba.

No século XIX, as freguesias da Baixada da Guanabara, região hoje conhecida como Baixada Fluminense, intensificaram ainda mais suas relações com o Rio de Janeiro, abastecendo a capital com alimentos e madeira e passando a armazenar e escoar a produção do café do Vale do Paraíba, sendo áreas de investimento do capital privado alocado na abertura de estradas e na

construção da ferrovia Barão de Mauá (1854), principais vias de circulação de mercadorias do eixo Minas Gerais — Rio de Janeiro.

Portanto, podemos afirmar que a hoje denominada Baixada Fluminense, ao longo dos séculos, constituiu-se como uma importante região de ligação entre o interior e o litoral, tendo posição estratégica que contribuiu decisivamente para transformações tanto na cidade do Rio de Janeiro como na própria região, revelando uma estreita interdependência econômica, social e cultural.

A cidade repleta de memórias e arte

Como afirmamos antes, o município de Duque de Caxias tem muitas histórias e bens materiais edificados que precisam ser preservados como patrimônio coletivo.

Duque de Caxias carece de espaços públicos de compilação, guarda e divulgação do seu valor histórico. Neste município, e nos demais da Baixada Fluminense, professores, pesquisadores, cidadãos interessados e associações vêm investindo na luta pela recuperação das memórias e história da região.

A realidade vivida impõe, muitas vezes, aos moradores, impedimentos na afirmação de elos de pertencimento e de empatia com o seu lócus. Os usos que os homens fizeram do espaço, e a sua apropriação ao longo do tempo, construíram um perfil urbano plural e desigual em relação à demanda de equipamentos urbanos ao longo do processo de consolidação dos bairros que se desenvolveram ao redor das estações ferroviárias e, posteriormente, através dos loteamentos.

Atualmente, Duque de Caxias abriga um potente parque industrial, polo petroquímico e comercial, sendo destaque econômico do estado e do país. Entretanto, quais as marcas deixadas durante o processo de transformação urbana?

O processo de expansão urbano-industrial caracterizou-se pela explosão demográfica na medida em que a localidade se tornou, também, local de transbordo populacional da capital federal — à época, o Rio de Janeiro —, sem o acompanhamento de investimentos em equipamentos urbanos. A cidade tornou-se lugar de trabalhadores expostos a precárias condições de vida, com dificuldades de efetivar a construção de suas habitações em loteamentos sem o mínimo de infraestrutura.

Ainda, o distanciamento e o desconhecimento das heranças herdadas das gerações passadas acabaram por gerar a desvalorização e a não preservação do patrimônio cultural que os representam. Herdeiros de uma tradição que afirma os grandes feitos da história e memória oficiais, mantém no esquecimento o cidadão comum que colaborou na sua construção. Reconhecer-se sujeito de sua própria história, produtor de saberes e portador de memória, requer um trabalho contínuo de educação patrimonial na cidade.

Os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada. São representações que dão a ver um “acontecido” que, a rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição. Mas o tempo passado não é irrecuperável, uma vez que, através do imaginário, se faz presente no espírito, dando-se a ler e ver através de discursos e imagens. Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade. O centro de uma cidade foi, por muito tempo, o cartão de visitas de uma cidade. Mesmo que tais espaços tenham sofrido degradação, deixaram marcas, que funcionam como padrões de referência identitária para uma cidade. (PESAVENTO, 2008. p. 2).

Atualmente, dividido em quatro distritos e quarenta bairros, de acordo com a Secretaria de Obras e Urbanismo e segundo os Decretos nº 841, de 14/11/1973, e nº 1864, de 11/11/1987, com uma população aproximando-se de um milhão de habitantes, Duque de Caxias é o terceiro município mais populoso do estado, ficando atrás apenas da capital e do município de São Gonçalo (IBGE, estimativa Censo 2010). Essa população concentra-se, majoritariamente, nos distritos de Duque de Caxias (1º) e Campos Elíseos (2º), sendo que nos distritos de Imbariê (3º) e Xerém (4º) ainda são encontradas algumas características rurais.

Desde sua emancipação, na década de 1940, membros de uma fração da elite intelectual do município lutaram pela criação de espaços culturais e buscaram meios de preservação da memória histórica e cultural da região na tentativa de incentivar as artes e a cultura. Segundo Alexandre Marques (2005), esses grupos criaram estratégias para a viabilização de seus projetos, relacionando-os aos espaços identitários onde se inseriam, buscando a defesa do patrimônio, da cultura e das artes.

Para rememorarmos o desenrolar das artes em Duque de Caxias, recorremos às lembranças do professor Rogério Torres (2015), que integram sua recente obra, *Caxias de Antigamente*, e que contribuem para que a nossa memória cultural seja preservada.

De acordo com Torres, foi na década de 1940 que se realizou a primeira mostra coletiva de pintura, em Duque de Caxias, seguida de outra apenas na década seguinte. Fundado por Francisco Barboza Leite, Rogério Torres e Armando Valente, o Grupo Arco desenvolvia um trabalho de incentivo às artes e às letras na cidade. Barboza Leite e os demais integrantes do Grupo organizaram a I Mostra Coletiva de Artistas Plásticos, no ano de 1957, sendo realizada no espaço de uma das lojas da Galeria 25 de Agosto. Dela, participaram artistas famosos como Antônio Bandeira, Iberê Camargo, Inimá, Bruno Giorgi, Goeldi e Ana Letícia, dentre outros. Apesar de tantos nomes consagrados, a famosa coletiva não contou com a participação de artistas de Duque de Caxias, com exceção do próprio Barboza Leite.

Uma nova exposição só aconteceria em 1968, promovida pelo jornalista Carlos Ramos e realizada no salão nobre do Clube Recreativo Caxiense, agora com a participação de pintores da cidade. Na visão de Torres, o I Salão Duquecaxiense de Pintura não foi um sucesso de público devido ao local de difícil acesso, mas teve enorme repercussão nos meios de comunicação, graças ao prestígio de um júri de premiação formado por pessoas do mais alto gabarito artístico. As presenças de Sílvia de Leon Chalréo, Orlando Teruz e Quirino Campofiorito fariam com que o evento repercutisse também na cidade do Rio de Janeiro. Nesse I Salão, foram premiados os pintores Armando Romanelli (medalha de ouro), Walter Collares (medalha de prata) e Rogério Torres (medalha de bronze). A partir daí, esses pintores formariam um núcleo que, durante um bom tempo, representaria o município em diversas exposições no estado do Rio de Janeiro e mesmo fora dele.

Logo depois, foi realizada uma exposição individual do pintor Armando Santos (ARTOS) no Salão Nobre do Clube dos Quinhentos, seguida da inauguração da coletiva intitulada *Cinco Pintores Modernos*, na sede social do Nova Iguaçu Country Club, sob o patrocínio da Revista Iguaçu News, tendo como expositores os quatro primeiros colocados do I Salão, junto com Francisco Barboza Leite.

No ano de 1969, seria inaugurado o II Salão Duquecaxiense de Pintura. No texto que abria o catálogo, Antônio Carlos Menezes, secretário da Cultura Artística, fazia um balanço das atividades da instituição e agradecia ao prefeito o apoio que este passava a dar aos Salões. Ao contrário do Salão

de 1968 — em que as obras ficaram expostas inadequadamente —, o II Salão possuía espaço suficiente e atmosfera de uma verdadeira sala de exposições. Também a localização, na Praça Roberto Silveira, número 15, contribuiu muito para a visitação pública.

De acordo com Rogério Torres, durante os 30 dias em que esteve aberto à visitação, raro foi o momento que esteve vazio. O Salão funcionou como um ponto obrigatório de encontro dos expositores com o público, sendo dias de “vinhos e rosas”, uma festa que a todos contagiou. Mais uma vez, Carlos Ramos testava o seu prestígio ao convidar para o júri de premiação o professor Quirino Campofiorito, Walmir Ayala, Roberto Pontual, José Roberto Teixeira Leite e Jaime Maurício, nomes renomados de nossas artes plásticas. Os salões promovidos pela Cultura Artística serviram para revelar muitos talentos que, a partir deles, passaram a viver profissionalmente da arte.

Em *Caxias de Antigamente*, Rogério Torres ainda rememora a Feira de Artes do Calçadão, inaugurada no dia 21 de março de 1976. Lembrando o desenrolar das lutas daqueles militantes da cultura no município, a partir de 31 de janeiro de 1971, fim do governo de Moacyr Rodrigues do Carmo, Duque de Caxias passou a ser governada por prefeitos nomeados pelo poder federal, devido à condição de “Área de Segurança Nacional” que, a partir de 1968, havia sido atribuída ao município e durou até o ano de 1985. Durante esse período, tivemos quatro prefeitos interventores: General Carlos Marciano de Medeiros, Coronel Renato Moreira da Fonseca, Coronel Américo Gomes de Barros e Hydekel de Freitas Lima.

Para Stélio Lacerda (2001), a gestão do primeiro prefeito nomeado está entre as mais desastrosas da história da nossa cidade, pois a deixou quase no abandono. Em 15 de março de 1975, o Coronel Renato assumiu a prefeitura, contudo, apesar de também não ser morador do município, seu desempenho e preocupação no governo contrastavam com o primeiro interventor. De acordo com Lacerda, ele não incluiu militares em sua equipe, que foi composta por técnicos cedidos pelo estado, funcionários da prefeitura e pessoas radicadas na cidade. Como recebeu uma prefeitura com muitos problemas de dívidas a fornecedores e prestadores de serviço, além de salários de servidores municipais atrasados, adotou como prioridade de governo o saneamento das finanças municipais — o que seria alcançado por volta de setembro de 1975.

Ainda segundo Lacerda, após essa fase, foi possível iniciar investimentos em obras públicas, como o recapeamento do asfalto, calçamento de ruas e avenidas, recuperação de praças, iluminação de logradouros, reforma de prédios escolares. Ainda no desenrolar dos projetos, foi incluída a trans-

formação das ruas Joaquim Lopes de Macedo e Manoel Correa, confluentes à Praça da Emancipação, tornando-as “ruas de pedestres”, tendo como exemplo obras realizadas em Curitiba, Paraná, que em meados dos anos 1970, era considerada um dos mais avançados centros urbanos do país.

No centro do município de Duque de Caxias, essa era uma área nobre, com intenso fluxo de pessoas e movimento comercial, além de serem ruas que se confluíam à praça. Os veículos que por ali transitavam tinham dificuldades, pois as ruas citadas eram estreitas e sem pontos apropriados para estacionamento, além disso, nas horas de maior fluxo de pessoas, os riscos de atropelamentos eram maiores ainda.

A cidade ganhava, assim, suas primeiras ruas de pedestres, que ficaram conhecidas como “Calçadão de Caxias”, sendo inaugurado em fins de 1975. Nessa época, percebendo a adequação daquele espaço à possibilidade de atividades culturais, o Grupo Arco (Arte e Comunicação) e artistas locais reivindicaram, junto ao Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura, a instalação, aos domingos, de uma feira de arte no “calçadão”.

O Grupo Arco, fundado por Barboza Leite, Rogério Torres e Armando Valente, desenvolvendo atividades que incentivavam as artes e as letras na cidade, realizava iniciativas a fim de reavivar o cenário artístico, inspirando-se em movimentos que vinham dos anos 1950, como exemplo a 1ª Exposição Coletiva de Artes Plásticas que, em 1957, foi idealizada por Barboza Leite, com apoio do jornal *Grupo* e realizada em uma sala da Galeria 25 de Agosto, tendo cerca de três mil visitantes. Ainda entre 1968 e 1969, foram realizados os Salões Duquecaxienses de Pintura, promovidos pela Sociedade de Cultura Artística de Duque de Caxias, coordenada pelo jornalista Carlos Ramos.

Esse *Grupo* sempre lutou pelo direito à memória e à arte. Francisco Barboza Leite, na obra *Trilhas, Roteiros e Legendas de uma Cidade Chamada Duque de Caxias*, exaltava as ações daqueles que agiam da mesma forma.

As armas inexistentes, mas é luta o que se trava
tendo a cultura como objeto que as vontades jovens defendem.
Trazem, essas vontades as decisões que o futuro espera.
Empunham, esses jovens, os instrumentos pacíficos de sua arte.
São músicos, pintores, artistas de teatro, artesãos, obreiros
de tantos ofícios cultivados entre a esperança e a fadiga.
É a luta o que eles travam no intento sério
de tornar audível a sua música, fecundando os silêncios;
de tornar possível à pintura repetir-se

por tantas paredes onde a solidão é sem cores,
e por isso mais vazia; pois, os que fazem teatro, mendigam
palcos como quem mendiga pães;
os que buscam o riso, ou comunicam ideias,
os poetas, os artesãos, são excluídos dos acessos
que mais depressa favorecem pretensões políticas,
mais facilmente atendem a um comércio de vantagens excusas,
comprometendo esta terra e a memória do seu patrono.
Não se excluiria de nossa voz o grito
que às montanhas assusta, mas não acorda ouvidos inermes
como os de caramujos retraídos em suas cascas
com receio das verdades que os artistas traduzem.
(LEITE, 1986, p. 14)

Diante da proposição respaldada por grupos culturais da cidade, o Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura, receptivo à proposição do Grupo Arco, solicitou estudos de viabilidade à Divisão de Cultura, Recreação e Desportos. Na época, foi feito contato com os comerciantes das ruas de pedestres e com artistas da cidade, além da inspeção do local, a fim de ser avaliada a possibilidade de realização de atividades culturais naquele espaço. Por fim, o diretor do Departamento, professor Stélio Lacerda, aceitou a concretização do projeto, com a colaboração do Grupo Arco, levando a proposição de uma feira de arte, aos domingos, no calçadão de Caxias, durante a reunião governamental de 14 de janeiro de 1976. Na sua explanação, o diretor do DEC afirmava ser a iniciativa respaldada por associações e grupos culturais de grande representatividade no município, tendo-se pronunciado a favor do projeto o diretor do Departamento de Saúde e Serviço Social, Dr. Sebastião Bastos Soares, e o diretor do Centro de Informações Cadastrais, José da Silva Barros. Radicados na cidade há muitos anos, defenderam a feira de arte como caminho ao lazer cultural da população, tão carente de atividades nessa área.

Com o trabalho integrado do Grupo Arco e da equipe do Departamento de Educação e Cultura, foi elaborado o Regulamento da Feira de Arte, devidamente publicado no Boletim Oficial do município e distribuído a veículos de comunicação. Assim, em 21 de março de 1976, foi oficialmente criada a feira de arte no calçadão de Duque de Caxias.

Na Praça 23 de Outubro, hoje Praça do Relógio, em um domingo ensolarado, próximo das 10 horas, o Prefeito Renato Moreira da Fonseca,

acompanhado de sua esposa, inaugurava a *Feira*. Ao lado do professor Stélio Lacerda, Diretor do Departamento de Educação e Cultura, e seus auxiliares, o Prefeito percorreu o calçadão, cumprimentando os expositores, indagando sobre o trabalho de cada um, suas técnicas e opiniões sobre o evento.

A *Feira* funcionou experimentalmente por 11 domingos consecutivos. Durante esse período, o Calçadão foi um ponto de atração para aqueles que saiam das missas da igreja de Santo Antônio; para os que se dirigiam para a outra feira, a que se realizava também no domingo, próxima da Praça Roberto Silveira ou para aqueles que simplesmente passavam pelo local. Para Torres, era uma verdadeira festa. A praça, que aos domingos ficava praticamente “morta”, de repente se encheu de gente, de vida, com painéis sustentando pinturas, desenhos, fotografias e artesanato. Pelo ineditismo do evento na cidade, a curiosidade tomava conta dos visitantes, com os expositores agindo mais como cicerones do que vendedores de suas peças.

A cada domingo a frequência aumentava e, com ela, o número de expositores. Tudo era sol, cor e movimento. O comércio instalado no Calçadão — em especial os bares — via aumentar o seu movimento, razão pela qual passou a apoiar incondicionalmente o evento. Independentemente do comércio de objetos de arte, a praça passou a ser o local de celebração da criatividade, da troca de experiências e de liberdade. (TORRES, 2015, p. 244)

Se os Salões de Artes Plásticas revelaram uma elite de artistas da cidade, a Feira abriria espaços maiores e mais democráticos para os artistas e para o público. Para a cidade, transformações na área cultural surgiram, mas seu caminhar, até os dias atuais, continua dificultado pelas relações dos sujeitos com o poder público e dos sujeitos entre si na cidade.

Considerações finais

As cidades são, por excelência, aglomerações de sujeitos. Muito mais que o conjunto de ruas, prédios, praças e monumentos, as cidades se definem como espaços de relações sociais e pessoais, construindo sua imagem, sua identidade, seu valor afetivo e efetivo. De acordo com Raquel Glezer, há quem diga que a cidade, para além de sua materialidade física, são seus habitantes, seus comportamentos, suas culturas, suas hospitalidades, seus hábitos.

Estudar a cidade é uma tentativa de compreender um fenômeno complexo que, na maior parte das vezes, acaba escapando para o ideológico, o folclórico e o mito. (GLEZER, 2007, p. 25).

Ainda, reafirmamos com Sandra Jatahy Pesavento que,

a cidade surge, cresce e se desenvolve a partir de um centro, de um núcleo original, onde se situa a sua parte mais antiga. As cidades, contudo, têm a propriedade de aumentar, de se densificar, de crescer de forma desmesurada, e os seus centros são, tendencialmente, os primeiros a sofrerem tais transformações. (PESAVENTO, 2008, p. 5).

Nesse sentido, os sujeitos do cotidiano, todos que vivem a cidade, devem estar cientes dos seus deveres. A comunidade é a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais. Para o interesse da própria comunidade, devem ser pensadas ações de proteção aos bens culturais, pois, à comunidade compete decidir sobre sua destinação no exercício pleno de sua autonomia e cidadania.

Para preservar o patrimônio cultural é necessário, inicialmente, conhecê-lo e para isto, fica clara a emergência da multiplicação de ações educativas que busquem despertar nos sujeitos a “vontade de memória” (NORA, 1993) e a “vontade de patrimônio” (CHAGAS, 2007). Ações que levem os cidadãos a identificar a história da Baixada Fluminense como espaço fértil que abrigou diferentes experiências de agrupamentos humanos diversos, e que despertem desejos de preservação de seu patrimônio. Além disso, que contribuam para a formação de identidades de grupos e categorias sociais, incorporando a percepção do cotidiano como parte da memória coletiva, permitindo estabelecer elos com os antepassados.

Concordamos com Halbwachs, quando afirma que a memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas na sociedade, para além do indivíduo, sendo determinada pela aderência de um grupo a um determinado espaço compartilhado pela coletividade. Assim,

diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantendo com outros ambientes. (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Para reafirmar a importância do cotidiano para a reconstrução das identidades, ainda citamos Franco Cardini (1993):

A grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, re-funda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido. (CARDINI, 1993, p. xii).

Nesse sentido, são necessárias práticas educativas que afirmem a importância e participação dos sujeitos no processo histórico, reconhecendo-os como protagonistas e coadjuvantes corresponsáveis e capazes de buscar uma nova realidade vigente, valorizando suas memórias e identidade coletivas silenciadas.

O que carecemos é pretender uma “educação patrimonial para além do patrimônio”, como defendida por Jorge Najjar (2006, p. 176), acreditando que cultura e fruição dos bens culturais e patrimoniais são questões de cidadania; direitos fundamentais a serem reivindicados, sendo fundamental reconstituir e (re)construir as memórias, histórias e cultura de nosso lugar, para que estas se perpetuem e para que outras gerações possam ter acesso a elas.

Afirmamos, ainda, que educar para o patrimônio é, *a priori*, promover criticidade, autonomia, escolha e atitude diante daquilo que nos é “dado” e apresentado como cultural e histórico, que, na realidade, jamais está acabado. Acreditamos que o que é realmente necessário são práticas educativas que assegurem visibilidade às manifestações culturais, às trajetórias pessoais e comunitárias, religiosas e sindicais.

Isto posto, as ruínas, artefatos, artes, tanto os bens materiais como imateriais, servirão como significativas demonstrações de que a história humana não foi forjada somente pela ação de uns poucos, mas, principalmente pelas batalhas diárias e criatividade dos sujeitos da cidade.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro de. **Olhares sobre uma Cidade Refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980).** Duque de Caxias: ASAMIH, 2014.
- BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias:** encontro com a história da cidade. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.
- CARDINI, Franco. A Memória Coletiva no Pensamento de M. Halbwachs. Conferência proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 10 de novembro de 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642006000300004. Acesso em: 21/09/2016.
- _____. História, História Social, História Oral, Folclore. **Revista USP – Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, pp. 319-328, jan. 1993. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34483>. Acesso em: 29/09/2016.
- GUSMÃO, Elaine; AMARO, Tania. **Memorial Igreja Nossa Senhora do Pilar.** Duque de Caxias: Comissão para os Bens Culturais e Artes Sacras/Diocese de Duque de Caxias, 2016.
- _____. **Patrimônio da Fé** – folder. Duque de Caxias: Comissão para os Bens Culturais e Artes Sacras/Diocese de Duque de Caxias, 2017.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 1990/2006.
- CHAGAS, Mário. Museus e Movimentos Sociais. **Curso de Extensão Educação e Patrimônio Cultural**, Niterói / UFF, pp. 14-26, mai. 2007.
- GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo.** São Paulo: Alameda, 2007.
- LACERDA, Stélio. **Uma passagem pela**
- Caxias dos anos 60.** Duque de Caxias: Edição do Autor, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. In: **Revista Mosaico**, v. 1, n. 1, pp. 3-12, jan./jun., 2008. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/view/225/179>. Acesso em: 15/09/2016.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes da Cultura em uma Área Periférica** — Duque de Caxias (1950-1980). 2005. (Dissertação) Mestrado em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras.
- NAJJAR, Jorge e Rosana. Reflexões sobre a relação entre educação e arqueologia: uma análise do papel do Iphan como educador coletivo. In: FILHO, M. F. L.; BEZERRA, M. **Os Caminhos do Patrimônio no Brasil.** Goiânia: Alternativa, 2006.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 15/09/2016.
- SOUZA, Marlucia Santos de. **Escavando o passado da Cidade.** Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.
- TORRES, Rogério. **Caxias de antigamente. Rio de Janeiro:** Letras e Versos, 2015.

Fonte primária

- ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das Províncias annexas a jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil dedicadas a El-Rei Nossa Senhor D. João VI.** Tomo II. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1820.

Recebido em 28/08/2017

Aprovado em 10/10/2017